

UMA HISTÓRIA DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NA TRAJETÓRIA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1990-2016): PROCESSOS JURÍDICOS E ANÁLISE QUANTITATIVA¹

Luiza Attolini², Silvia Maria Fávero Arend³, Vanessa Marques⁴

¹ Vinculado ao projeto “Uma História dos Adolescentes em conflito com a lei: justiça e políticas sociais na trajetória democrática brasileira (1990-2016)

² Acadêmica do Curso de História – FAED – Bolsista PIBIC/CNPq

³ Orientadora, Departamento de História – FAED – silvia.arend@udesc.br

⁴ Acadêmica do Curso de História – FAED.

O projeto de pesquisa intitulado “Uma História dos Adolescentes em conflito com a lei: justiça e políticas sociais na trajetória democrática brasileira (1990-2016)” se encontra em andamento e é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A investigação objetiva analisar as ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro no âmbito da Justiça Redistributiva juvenil e da Justiça Restaurativa/Abolicionismo Penal para os/as adolescentes em conflito com a lei na trajetória democrática brasileira (1990-2016). As fontes pesquisadas serão analisadas à luz dos referenciais teóricos da História da Infância e Juventude.

Nos anos de 2021 e 2022 foi realizada a coleta das fontes nas seguintes bibliotecas/arquivos/repositórios digitais: *United Nations Dag Hammarskjöld Library* (Organização das Nações Unidas), site da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), site do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em função dos prazos, a equipe conseguiu analisar apenas uma parcela das fontes citadas acima, que possibilitou a escrita de três artigos científicos e dois capítulos de livros.

Entre setembro de 2022 e junho de 2023 foram coletadas as fontes no arquivo da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital/Santa Catarina conforme os ditames das autoridades jurídicas competentes. Utilizamos os seguintes critérios para selecionar os processos jurídicos que seriam pesquisados: o cumprimento das diferentes medidas socioeducativas pelo/a adolescente, com ênfase na internação; os casos considerados “emblemáticos”, tal como o do jovem que se tornou um famoso *rapper* da cidade de Florianópolis.

Os procedimentos de coleta dos autos se deu da seguinte forma: solicitação das fontes para o Arquivo da Vara da Infância e Juventude; leitura dos processos jurídicos selecionados; digitalização do documento na íntegra; e arquivamento das fontes em um repositório digital. Os 70 processos jurídicos emitidos pela Vara da Infância e Juventude entre 1990 e 2016, foram acessados sendo 20 relativos a adolescentes do sexo feminino e 50 acerca de adolescentes do sexo masculino. É importante observar que número de processos jurídicos produzidos na instituição no período em estudo acerca de meninos é muito superior ao das meninas.

As fontes produzidas pelos sistemas de Justiça das infâncias, adolescências e juventudes — nacionais e transnacionais — possuem um lugar de destaque na produção de narrativas acerca da História das Infâncias e Juventudes. Essas fontes se caracterizam por apresentar informações especialmente sobre quatro fenômenos sociais: os embates ocorridos nas sociedades e em instituições sobre uma determinada temática; as experiências de mulheres, homens, jovens e crianças no cotidiano; a construção de sujeitos a partir de relações de poder e discursos; e os modos de regulação e classificação vigentes em uma determinada sociedade.

Os processos judiciais civis emitidos pelas Varas da Infância e Juventude (antigo Juizado de Menores) são produzidos no Brasil, desde a vigência do Código de Menores de 1927 até os dias atuais, tendo em vista o instituto jurídico do *segredo de Justiça*. A historiografia brasileira apresenta um pequeno número de narrativas construídas a partir dos processos jurídicos produzidos pelos Juizados de Menores/Vara da Infância e Juventude, o que se deve em grande medida aos obstáculos anteriormente mencionados. Em função da riqueza e ineditismo das informações contidas nas fontes pesquisadas, optamos por realizar na investigação dois tipos de análise: a quantitativa e a qualitativa. De maneira geral, a bibliografia sobre o tema aborda apenas uma dessas instâncias, ou seja, ou o foco volta-se para o “macro” ou é privilegiada a análise “micro”. Possivelmente, esta será uma das inovações que o estudo trará para o tratamento da temática: a busca da prática de pesquisa em diferentes níveis e escalas de observação.

Tendo em vista a metodologia de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, realizaremos a seguir uma análise quantitativa. A partir dos descritores — idade, cor/raça, grau de escolarização, local de moradia, renda da família, configuração da família, naturalidade, tempo de residência nas cidades, religião, tipo de infrações cometidas, medidas socioeducativas cumpridas, fugas das instituições, formas de saída da instituição, ideário jurídico que norteia as ações dos Operadores do Direito, etc —, efetuaremos a análise dos 70 processos. Utilizaremos o software *Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS), que está disponível para uso dos laboratórios da UDESC, para realizar esta análise quantitativa. Entendemos que estes dados estatísticos, que nos fornecerão as séries históricas sobre as referidas temáticas, são importantes para fundamentar as análises de cunho qualitativo.

Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a lei. Poder Judiciário. Análise Quantitativa.